



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140779 - SE (2021/0001374-7)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : WALEX DA SILVA FELIX (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por WALEX DA SILVA FELIX contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (*Habeas Corpus* n. 202000306377).

O recorrente foi denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14 do CP.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo na formação da culpa. Aduz inexistirem motivos suficientes a justificar a manutenção da prisão cautelar, cuja decisão carece de fundamentação concreta, não estando presentes os requisitos legais que autorizam a medida extrema.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão, expedindo-se alvará de soltura em seu favor. No mérito, pugna pelo provimento do recurso, com a confirmação em definitivo da medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente